16 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

17 — O júri do presente concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Dr. José Vítor Rebelo Nascimento, chefe de divisão.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria Graciosa Silva Farinha, assessora principal da carreira técnica superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Dr. Joaquim Carlos Castanheira da Silva Laço, técnico superior principal, da carreira técnica superior.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Rosália Dórdio Teles Varela Calado Vilela, assessora principal da carreira técnica superior.
Dr. José Eduardo Maurício Fachada, assessor principal da carreira técnica superior.

3 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Despacho (extracto) n.º 17 880/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais de 1 de Agosto de 2005:

Maria de Lourdes de Jesus Pereira, assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais — nomeada, definitivamente, precedendo concurso, chefe da Secção de Liquidação da Divisão de Apoio Jurídico, da Direcção de Serviços Jurídicos, do mesmo quadro, sendo exonerada da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 7416/2005 (2.ª série). — *Processo de contra-ordenação.* — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 77/99, avisa-se que, no âmbito do processo de contra-ordenação n.º 156/03-MI, e por decisão tomada em 24 de Janeiro de 2005, tornada definitiva em 21 de Março de 2005, ao abrigo das competências atribuídas pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º do diploma legal citado, foi aplicada uma admoestação a Predial Meliá — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.ª, número de identificação de pessoa colectiva 502077808, com sede/instalações habituais na Rua do Jogo da Bola, 1.º, direito, 2775-587 Carcavelos, por violação do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 7.º e no n.º 4 do artigo 21.º, todos do Decreto-Lei

n.º 77/99, de 16 de Março, e nos termos das alíneas d) e c) do n.º 1 do artigo 32.º do diploma legal citado, isto é, por falta de clara identificação da empresa em local de atendimento, designadamente ausência de indicação do prazo de validade da licença, por falta de indicação do número de licença na correspondência, por falta de identificação no âmbito do exercício da actividade de mediação imobiliária, nomeadamente através do uso de cartões de identificação, e por falta de publicitação da existência de livro de reclamações.

2 de Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *H. Ponce de Leão*.

Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, I. P.

Rectificação n.º 1407/2005. — Para os devidos efeitos, se declara que o regulamento n.º 42/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 3 de Junho de 2005, saiu com incorrecções.

Assim, rectifica-se que, no preâmbulo do diploma, onde se lê «Após audição do conselho consultivo do Instituto Nacional do Transporte Terrestre» deve ler-se «Após audição do conselho consultivo do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário», no n.º 1 do artigo 3.º, onde se lê «Instituto Nacional do Transporte Terrestre (INTT)» deve ler-se «Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF)», e, no n.º 2 do artigo 7.º, onde se lê «para o que apresentar» deve ler-se «para o que apresenta».

3 de Agosto de 2005. — O Presidente, *António Brito da Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

Despacho n.º 17 881/2005 (2.ª série). — Para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que, por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de 14 de Junho de 2005 e na sequência de processo disciplinar, foi aplicada à técnica profissional de 1.ª classe, Maria Eugénia Soares Duarte, do quadro de pessoal do extinto Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do antigo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, a pena de aposentação compulsiva, prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 11.º do mesmo Estatuto Disciplinar.

4 de Agosto de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

Listagem n.º 168/2005. — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Portaria n.º 799-B/2000, de 20 de Setembro, publicam-se os apoios FSE concedidos desde 1 de Janeiro e até 30 de Junho de 2005 no âmbito do PO Regional Madeira:

(Em euros)

Número de identificação fiscal	Entidades beneficiárias dos pedidos	Apoios concedidos	
		Custo total	FSE
511135610	Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, L.ª	14 049,30	10 747,71
511093772	ACIM — Associação Comercial e Industrial de Machico	36 692,54	31 188,66
511010494	ACS — Associação do Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira	17 015,72	12 423,36
511159854	AFARAM — Associação de Familiares e Amigos do Doente Mental da RAM	168 970,12	143 624,60
201167476	Alzira de Fátima Pombo Garcia	1 785	1 517,25
511142170	AMBIRAM — Ambiente, Formação, Jardinagem e Gereatria, L.ª	84 003,02	71 402,57
135946409	Ana Cristina Machado Trindade	1 785	1 517,25
511010362	APEL — Associação Promotora do Ensino Livre	130 104,80	110 589,08
511068697	Associação Comercial e Industrial de Porto Santo	22 686,86	19 283,83
511015356	Associação Comercial e Industrial do Funchal — Câmara de Comércio e Indústria da Madeira	106 829,68	90 805,23
511043686	Associação de Jovens Empresários Madeirenses — AJEM	156 790,12	133 271,60
511028628	Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo	81 770,50	69 504,93
511027605	Associação Regional para Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira	96 582,37	78 262,37